

Cristina dos Santos Carvalho
Norma da Silva Lopes
Angélica Rodrigues
(Organizadoras)

SOCIOLINGUÍSTICA e FUNCIONALISMO

vertentes e interfaces



Universidade do Estado da Bahia – UNEB

José Bites de Carvalho

Reitor

Marcelo Duarte Dantas de Ávila

Vice-Reitor



Editora da Universidade do Estado da Bahia – EDUNEB

Diretora

Sandra Regina Soares

Conselho Editorial

Titulares

Alan da Silva Sampaio
Darcy Ribeiro de Castro
Elizeu Clementino de Souza
Gabriela Sousa Rêgo Pimentel
Jane Adriana Vasconcelos P. Rios
Luiz Carlos dos Santos
Maria das Graças de Andrade Leal
Obdália Santana Ferraz Silva
Reginaldo Conceição Cerqueira
Rosemary Lapa de Oliveira
Rudval Souza da Silva
Simone Leal Souza Coité
Hugo Saba Pereira Cardoso
Valquíria Claudete Machado Borba

Suplentes

Eduardo José Santos Borges
Maristela Casé Costa Cunha
Isaura Santana Fontes
Agripino Souza Coelho Neto
Marilde Queiroz Guedes
Nilson Roberto da Silva Gimenes
Márcia Cristina Lacerda Ribeiro
Monalisa dos Reis Aguiar Pereira
Marcos Antonio Vanderlei
Marcos Aurélio dos Santos Souza
Mônica Beltrame
Célia Tanajura Machado
Marluce Alves dos Santos
Marcos Bispo dos Santos

Cristina dos Santos Carvalho
Norma da Silva Lopes
Angélica Rodrigues
(Organizadoras)

SOCIOLINGUÍSTICA e FUNCIONALISMO

vertentes e interfaces

EDUNEB
Salvador
2020

SUMÁRIO

NAS TRILHAS DA SOCIOLINGUÍSTICA E DO FUNCIONALISMO: À GUIA DE APRESENTAÇÃO	7
PARTE I	
A sociolinguística variacionista (em interface com a dialetologia)	21
DESAFIOS E CAMINHOS NA COMPREENSÃO DA VARIAÇÃO SINTÁTICA: DESIGN DE UM TESTE DE PERCEPÇÃO	23
Rosane de Andrade Berlinck Sílvia Maria Brandão Marcus Garcia de Sene	
A GEOSOCIOLINGUÍSTICA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO: O QUE É? COMO SE FAZ?	53
Josane Moreira de Oliveira	
ESTRUTURAS GRAMATICAIS NA INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO: UM ESTUDO GEOSOCIOLINGUÍSTICO A PARTIR DO ALIB	81
Tassila Ferreira Vale Guimarães Norma da Silva Lopes	
PARTE II	
O funcionalismo norte-americano em interface com a linguística cognitiva	103
VARIAÇÃO CONSTRUCIONAL NO DOMÍNIO DA ADIÇÃO	105
Ivo da Costa do Rosário	
CONSTRUÇÕES COMPLEXAS EM REDE	137
Sebastião Carlos Leite Gonçalves	
CONSTRUÇÕES PARENTÉTICAS EPISTÊMICAS EM VARIEDADES DO PORTUGUÊS: UMA VISÃO CONSTRUCIONAL	169
Cristina dos Santos Carvalho Maria Luíza Braga	

PADRÕES E RESTRIÇÕES DO SUBESQUEMA CONDICIONAL [[CASO CLi]CON CLj]	201
Taísa Peres de Oliveira Camila Fernandes da Silva	
COMPETIÇÃO ENTRE CONSTRUÇÕES? ANÁLISE DAS CONSTRUÇÕES QUALITATIVAS [VERBO ADJETIVO ADVERBIAL] E [VERBO XMENTE] NO PORTUGUÊS BRASILEIRO ATUAL	219
Júlia Langer de Campos Priscilla Mouta Marques Maria Maura Cezario	
PARTE III	
O sociofuncionalismo	251
A RELAÇÃO ENTRE MUDANÇA LINGUÍSTICA E GÊNERO SOCIAL: UM ESTUDO SOBRE O AUXILIAR IR NO PORTUGUÊS BRASILEIRO ESCRITO	253
Camila Bordonal Clempi Angélica Rodrigues	
FORMAS POSSESSIVAS DE TERCEIRA PESSOA EM CORRESPONDÊNCIAS DE PROFESSORES PRIMÁRIOS DA BAHIA OITOCENTISTA	285
Noemi Pereira de Santana Emília Helena Portella Monteiro de Souza	
MODELO DE ÁRVORE DE INFERÊNCIA CONDICIONAL PARA EXPLICAR USOS LINGUÍSTICOS VARIÁVEIS	315
Raquel Meister Ko. Freitag Bruno Felipe Marques Pinheiro	
SOBRE OS AUTORES	341

NAS TRILHAS DA SOCIOLINGUÍSTICA E DO FUNCIONALISMO: À GUIA DE APRESENTAÇÃO

Este livro reúne textos de pesquisadores de diversas universidades brasileiras, que apresentam resultados de estudos desenvolvidos à luz da Sociolinguística e do Funcionalismo em diferentes vertentes e/ou interfaces teórico-metodológicas. Embora adotem pressupostos distintos em alguns aspectos, as duas abordagens convergem no que diz respeito à eleição da língua em uso como objeto de análise e à consideração de fatores interacionais e sociais na análise linguística. Desse modo, não é raro, como neste livro, que as duas teorias sejam correlacionadas em pesquisas cujo objetivo seja descrever estruturas linguísticas efetivamente em uso em dada comunidade linguística.

A emergência da Sociolinguística como uma ciência independente (isto é, com teoria e métodos próprios) remonta à década de 1960, nos Estados Unidos, tendo como pioneiros os estudos de William Labov, individuais ou em coautoria, sobre os efeitos da estratificação social no uso do inglês vernacular, com foco nos processos de variação e mudança linguísticas. Como teoria, a Sociolinguística se ocupa, desde o início, da relação entre a língua no seu uso real e a sociedade, assumindo como pressupostos fundamentais (i) a heterogeneidade ordenada como propriedade constitutiva de todas as línguas, (ii) a inter-relação entre a variabilidade e a mudança linguística, e (iii) os parâmetros estruturais (linguísticos) ou sociais (extralinguísticos) como condicionadores da heterogeneidade. Nesse caso, estamos nos referindo a uma vertente da Sociolinguística que tem sido denominada de Teoria da Variação e Mudança Linguística ou Sociolinguística Variacionista (ênfatizando-se o seu

objeto de estudo), “Laboviana” (ressaltando-se o seu precursor) ou “Quantitativa” (acentuando-se o tratamento quantitativo a que os dados linguísticos variáveis são submetidos).

No Brasil, as pesquisas sociolinguísticas começam a ser realizadas uma década depois do advento da Sociolinguística nos Estados Unidos, mais exatamente, no ano de 1979, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Nesse *locus*, ganha destaque a figura do professor Anthony Julius Naro, que reuniu orientandos e ex-orientandos e coordenou o projeto Censo da Variação Linguística do Rio de Janeiro, cujo objetivo era tratar sistematicamente a variação observada no português brasileiro, investigar processos de mudanças em tempo aparente, buscando apreender os correlatos estruturais, sociais e funcionais desses processos. Mais tarde, nos anos 1980, esse projeto e a amostra homônima seriam incorporados ao Programa de Estudos sobre os Usos da Língua (PEUL), também desenvolvido na UFRJ. O programa ainda hoje conta com a participação dos primeiros membros, que se tornaram nomes bastante representativos para o cenário sociolinguístico brasileiro, a saber: Maria Cecília Mollica, Maria Luiza Braga, Maria Conceição Paiva, entre outros.

O Funcionalismo, por sua vez, partindo da concepção de linguagem como um instrumento de interação social, considera que a descrição de qualquer fenômeno linguístico só pode ser feita a partir de usos linguísticos reais produzidos por interlocutores (falante/ouvinte ou escritor/leitor) em situações comunicativas. Em outras palavras, busca explicar as motivações de usos da língua no curso do processo interacional, observando a relação entre estruturas gramaticais e os contextos comunicativos em que se instanciam tais estruturas. Esse é, pois, o objetivo de qualquer abordagem funcionalista, independentemente das suas vertentes (norte-americana, holandesa, inglesa etc.).

Dentre as vertentes funcionalistas, destaca-se aqui a que começa a se desenvolver nos Estados Unidos, a partir da década

de 1970, com os trabalhos de Dwight Bolinger, Gillian Sankoff e Penelope Brown, Sandra Thompson, Paul Hopper e Talmy Givón. De modo geral, esses trabalhos enfatizavam, nas suas análises, a relação entre fatores pragmáticos e fenômenos linguísticos, a relação entre gramática e discurso, o que foi relevante para a concepção de gramática como estrutura *maleável* (BOLINGER, 1977) ou *gramática emergente* (HOPPER, 1987).

No cenário brasileiro, começam a seguir essa linha teórica diferentes grupos de pesquisa. Na década de 1980, o próprio PEUL já apontava para a combinação produtiva entre pressupostos sociolinguísticos e funcionalistas. Na década de 1990, é criado, por iniciativa dos professores Mariangela Rios de Oliveira, Sebastião Josué Votre, Jussara Abraçado e Vanda Cardozo, o Grupo de Estudos Discurso & Gramática (D&G), atualmente, com sede na UFRJ, na Universidade Federal Fluminense (UFF) e na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. O Grupo D&G se tornaria uma referência dos estudos funcionalistas no país, agregando posteriormente outros pesquisadores como Mário Martelotta, Maria Angélica Furtado da Cunha e Maria Maura Cezário e incluindo na sua agenda de trabalho não só discussões teórico-metodológicas do modelo norte-americano mas também constituição de amostras e organização de seminários anuais de abrangência nacional e internacional, o que tem contribuído para a consolidação da área, através de publicações de alto impacto no cenário acadêmico nacional.

O funcionalismo norte-americano é desenvolvido na base de alguns pressupostos, dentre os quais destacamos a oposição ao princípio estruturalista de arbitrariedade do signo linguístico e a proposição do princípio de iconicidade (que preconiza uma maior correlação entre forma e função), o que significa entender a estrutura linguística como não-arbitrária e mais motivada. É nesse modelo também que observamos a elaboração de um modelo de análise linguística que toma a estrutura da língua como resultado das

intenções comunicativas dos falantes. No que diz respeito ao estudo da mudança linguística, observamos surgir nesse contexto pesquisas voltadas para um tipo específico de mudança, a saber a gramaticalização, definida, em sentido restrito, como um processo de mudança linguística através do qual itens ou construções gramaticais se desenvolvem a partir de fontes lexicais ou já gramaticais.

Além de refutarem dogmas estruturalistas (tais como os da homogeneidade linguística ou da arbitrariedade do signo linguístico) e examinarem a língua em uso, a Sociolinguística e o Funcionalismo partilham outros postulados teóricos e metodologias de trabalho na análise de objetos linguísticos, que sustentam a convergência dos dois modelos. O caráter inerente da variação linguística, o entendimento da mudança linguística como um processo gradual e contínuo, a conjugação de análises sincrônicas e diacrônicas, em consonância com o princípio do uniformitarismo, o papel da frequência de uso e do tratamento empírico com quantificação estatística etc. representam alguns desses aspectos. É justamente a integração teórico-metodológica entre essas duas áreas que possibilitou o surgimento de uma nova abordagem teórica para análise de fenômenos tanto de variação como de mudança linguística: o Sociofuncionalismo. Outro interesse dos sociofuncionalistas reside em discutir a relação entre gramaticalização (processo de mudança linguística) e variação linguística. No Brasil, mais uma vez, são os membros do projeto PEUL que são os pioneiros no desenvolvimento desse tipo de pesquisa, sendo responsáveis pela implementação do rótulo *Sociofuncionalismo*.

A Sociolinguística e o Funcionalismo têm mantido diálogo não só entre si, mas também com outras áreas da linguística. A título de ilustração, podemos mencionar que a Sociolinguística Variacionista tem dialogado com: (i) o modelo gerativista, na Teoria de Princípios e Parâmetros (Sociolinguística Paramétrica): nesse caso, investiga-se a mudança linguística quanto à remarcação de um dado parâmetro (como, por exemplo, sujeito nulo, objeto nulo e

ordem de constituintes) na história de uma língua; (ii) a Dialetoлогия (Geossociolinguística): nesse caso, enfatiza-se a relação entre variação geográfica e parâmetros sociais (faixa etária, nível de escolaridade, sexo/gênero etc.); (iii) a Linguística Cognitiva (Sociolinguística Cognitiva): nesse caso, faz-se a descrição de fenômenos linguísticos em situações reais de uso com base em fatores sociais, culturais e cognitivos.

A interlocução com a Linguística Cognitiva (e, mais especificamente, com a abordagem construcional da gramática) também tem acontecido no Funcionalismo norte-americano. Esse contexto teórico, que representa uma tendência mais atual dos estudos funcionalistas, tem sido designado de Linguística (Funcional) Centrada no Uso (LFCU). Nesse enfoque teórico, considera-se que há uma forte atuação de processos cognitivos de domínio geral (pensamento analógico, categorização, armazenamento de informações na memória etc.) na produção e compreensão de estruturas linguísticas; a gramática passa, então, a ser vista como uma organização cognitiva de experiências com a língua, o que implica a assunção de que a língua emerge do uso e a mudança linguística também se efetiva no uso. Buscando uma integração maior entre propriedades fonológicas e morfossintáticas, de um lado, e semânticas e discursivo-pragmáticas, do outro, na análise linguística, a LFCU postula como unidade básica da gramática a construção, entendida como pareamento entre forma e função. A LFCU também tem voltado sua atenção para tipos de mudança que atuam em construções: mudanças construcionais (que atingem as propriedades da forma OU função da construção) e construcionalização (que atinge ambas as dimensões de uma construção, representando novo pareamento na língua).

Nesta obra, buscamos demonstrar, com trabalhos centrados em análises empíricas, como estudos sociolinguísticos e funcionalistas (na sua tendência mais atual) se expandiram do eixo do Rio de Janeiro para núcleos/grupos de pesquisa de outras cidades do Brasil,

em diferentes instituições de ensino superior. Levando em consideração as vertentes dessas duas áreas da linguística e os seus possíveis intercruzamentos teórico-metodológicos, os textos reunidos neste livro podem ser agrupados em três blocos: (i) A Sociolinguística Variacionista (em interface com a Dialetoлогия) (textos 1 a 3); (ii) O Funcionalismo norte-americano em interface com a Linguística Cognitiva (textos 4 a 8); (iii) O Sociofuncionalismo (textos 9 a 11). Sob o prisma de uma dessas perspectivas teóricas, diferentes fenômenos – estruturas gramaticais de indeterminação do sujeito, construções correlativas aditivas, construções complexas subjetivas, construções parentéticas epistêmicas, construções adverbiais qualitativas, orações condicionais, formas de expressão do futuro verbal, formas possessivas de terceira pessoa, estratégias de negação – são tomados, nesta obra, como objeto de investigação linguística, a partir de dados reais do português (nas variedades brasileira e/ou europeia, nas modalidades falada e/ou escrita).

No texto “Desafios e caminhos na compreensão da variação sintática: design de um teste de percepção linguística”, Rosane de Andrade Berlinck, Sílvia Maria Brandão e Marcus Garcia de Sene, considerando que assim como a *produção*, a *percepção* tem consequências sobre a “organização” da variação e sobre seu encaixamento na estrutura linguística e social e seu *status* (estável ou não), analisam construções variáveis no português brasileiro que incluem a alternância entre formas do subjuntivo e do indicativo no contexto de orações condicionais potenciais inseridas pela conjunção *se*. Partindo da aplicação de um teste para aferir o *grau de hipoteticidade* entre arranjos variáveis de tempo e modo na prótase e na apódose das condicionais, os autores se propõem a discutir, no âmbito dos estudos da terceira onda, sobre os desafios teórico-metodológicos impostos por essa perspectiva a partir de alguns resultados preliminares (mas reveladores) de um teste-piloto aplicado a graduandos do curso de Letras.

Em “A geossociolinguística do português brasileiro: o que é? como se faz?”, Josane Moreira de Oliveira apresenta a geossociolinguística, área interdisciplinar entre a Geolinguística e a Sociolinguística, a partir de um breve histórico da Geolinguística brasileira, que passa de mono a pluridimensional. A seguir, a autora descreve a sua metodologia e a potencialidade que tem no que diz respeito à descrição do português do Brasil, sobretudo a partir de análises de dados disponibilizados pelos atlas linguísticos, com destaque para o Atlas Linguístico do Brasil (ALiB). A interface entre a Sociolinguística e a Geografia Linguística é ilustrada a partir de resultados publicados nas cartas do volume 2 do referido atlas e são apontadas perspectivas de pesquisas que poderão compor uma agenda de trabalhos na área.

No texto “Estruturas gramaticais na indeterminação do sujeito: um estudo geossociolinguístico a partir do ALiB”, Tassila Ferreira Vale Guimarães e Norma da Silva Lopes, realizando uma pesquisa na interface entre a Sociolinguística Variacionista e a Dialetoлогия, pretendem mapear as chamadas estruturas gramaticais de indeterminação do sujeito em diferentes mesorregiões da Bahia. A partir de dados do ALiB, coletados em sete cidades baianas, uma de cada mesorregião do estado, identificam 403 ocorrências de sujeito indeterminado expresso por estruturas gramaticais, distribuídas em quatro variantes: verbo na terceira pessoa do singular, acompanhado da partícula *se*; verbo na terceira pessoa do singular, desacompanhado da partícula *se*; verbo na terceira pessoa do plural; e verbo no infinitivo. Para a análise apresentada, controlam apenas variáveis extralinguísticas: sexo, faixa etária e mesorregião. Os resultados indicam: (i) uma frequência muito pequena das variantes verbo na terceira pessoa do singular, acompanhado da partícula *se* e verbo no Infinitivo; (ii) o favorecimento da variante verbo na 3ª do singular sem o *se* em falantes mais velhos; (iii) o favorecimento da variante terceira pessoa do plural entre os falantes mais jovens, o que parece

sinalizar que essa seja a estratégia de indeterminação com maior tendência a permanecer nas mesorregiões baianas, em detrimento das demais.

No texto “Variação construcional no domínio da adição”, Ivo da Costa do Rosário analisa, sob o prisma da Linguística Funcional Centrada no Uso, construções correlativas aditivas com o objetivo de contrastar o princípio da não sinonímia da forma gramatical com a questão da variação construcional. Assume, como hipótese, que essa contradição é apenas aparente, visto que existe a possibilidade empírica de haver diferentes construções (em termos formais) que cumprem uma mesma função, com significados similares. Argumenta que, nesse caso, as diferenças são atestadas no campo pragmático-discursivo, e não no plano semântico. Para sustentar a análise em termos metodológicos, parte de dados reais da língua em uso, em uma visão sincrônica da língua portuguesa do Brasil, de base qualitativa. Entendendo a variação aloconstrucional como a convivência de duas ou mais construções que veiculam um mesmo valor de verdade, por meio de conteúdos semânticos similares, o autor comprova a sua hipótese tanto no plano teórico como no empírico. Do ponto de vista teórico, defende que o próprio princípio da não sinonímia da forma gramatical já prevê, no corolário A, que construções sintaticamente distintas podem ser semanticamente sinônimas (no sentido de similares). Com base em dados empíricos, mostra que pares de correladores aditivos formalmente distintos (*não só...mas, não apenas... mas, não apenas... mas também, não só...e sim, não só... mas sim*, por exemplo) podem cumprir função semântica idêntica (como a de adicionar elementos oracionais e/ou não oracionais em um *crescendum* argumentativo).

No texto “Construções complexas em rede”, Sebastião Carlos Leite Gonçalves reinterpreta resultados de pesquisas suas anteriores, dedicadas à descrição das chamadas *orações complexas subjetivas* à luz do quadro teórico dos *Modelos Baseados no Uso* e, especialmente,

da abordagem construcional da gramática. Busca, então, construir uma rede de construções complexas que dê conta de explicar como construções de topicalização de constituintes argumentais de construções subordinadas se instanciam nas construções complexas subjetivas por relação de herança com outros tipos de complexos oracionais. Para tanto, em termos teórico-metodológicos, analisa dados de construções subjetivas do português brasileiro contemporâneo, com e sem topicalização de constituinte argumental, oriundos de amostras de fala. A partir do esquema de predicação [[SUJ] [PRED]], propõe uma rede de construções argumentais para as construções estudadas, organizada em três níveis: (i) um nível esquemático geral, para construções complexas subjetivas prototípicas; (ii) um nível intermediário, para o esquema de construções complexas subjetivas com matrizes impessoais epistêmica ou avaliativa, sem topicalização de constituinte; (iii) um nível mais baixo, que compreende dois subesquemas de topicalização de constituinte argumental: um para topicalização de sujeito em matriz epistêmica ou avaliativa; e outro para topicalização de objeto em matriz somente avaliativa. Como conclusão da proposta de análise, o autor argumenta em favor da adequação da abordagem construcional também para um tratamento mais completo de construções complexas.

No texto “Construções parentéticas epistêmicas em variedades do português: uma visão construcional”, Cristina dos Santos Carvalho e Maria Luiza Braga analisam, em relação à propriedade esquematicidade, construções parentéticas epistêmicas quase-asseverativas de base clausal verbal do português, instanciadas por microconstruções como *(eu) creio que*, *(eu) acho que*, *(eu) penso que*, de um lado, e *(eu) creio*, *(eu) acho*, *(eu) penso*, do outro. Para descrição dessas construções, assumem como orientação teórico-metodológica a Linguística Centrada no Uso, com ênfase na abordagem construcional da gramática. A investigação se baseia em ocorrências empíricas de distintas variedades – brasileira e europeia

– do português contemporâneo, extraídas dos bancos de dados do Programa de Estudos do Português Popular Falado de Salvador e do *Corpus* do Português. A análise evidencia que: (i) quanto a níveis de esquematicidade, microconstruções como *eu creio que* e *eu creio* representam, no português (e em suas variedades), distintos subesquemas – $[(\text{SUJ}_{\text{P1}}) \text{V}_{\text{Epist}} \text{Comp}]_{\text{Parent}}$ e $[(\text{SUJ}_{\text{P1}}) \text{V}_{\text{Epist}}]_{\text{Parent}}$, respectivamente – licenciados pela rede construcional de parentéticos epistêmicos; (ii) tais subesquemas emergem a partir de mudanças construcionais, o que repercute no uso desses subesquemas no português. Por fim, as autoras mostram que, nas duas variedades examinadas, o subesquema $[(\text{SUJ}_{\text{P1}}) \text{V}_{\text{Epist}} \text{QUE}]_{\text{Parent}}$, além de ser produtivo, já constitui um novo arranjo gramatical com uma nova função semântico-pragmática, assumindo uma posição diferente de alguns representantes da abordagem da gramaticalização.

Em “Padrões e restrições do subesquema condicional $[[\text{CASO CL}_i]_{\text{CON}} \text{CL}_j]$ ”, Taísa Peres de Oliveira e Camila Fernandes da Silva propõem uma análise das orações condicionais sancionadas pelo subesquema $[[\text{CASO CL}_i]_{\text{CON}} \text{CL}_j]$, considerando como orientação teórica os *Modelos Baseados no Uso*. As autoras assumem a condicionalidade como categoria conceitual estruturada em rede que abriga subesquemas diversos para descrever padrões funcionais da construção em análise e verificar as implicações do abrigo desse subtipo na rede. Como resultado, observam que $[[\text{CASO CL}_i]_{\text{CON}} \text{CL}_j]$ está bem próximo do núcleo central, já que nele estão presentes todos os traços do significado condicional: causalidade, predição, não-assertividade e funcionalidade como construtor de espaços mentais. Salientam ainda que esse subtipo é parcialmente sancionado por um subesquema mais abstrato, uma vez que apresenta algumas restrições de colocação.

Em “Competição entre construções? Análise das construções qualitativas [Verbo Adjetivo Adverbial] e [Verbo Xmente] no português brasileiro atual”, Júlia Langer de Campos, Priscilla Mouta

Marques e Maria Maura Cezario apresentam resultados concernentes à análise de propriedades tanto do nível da forma quanto do nível da função/significado das construções com verbo mais adjetivo adverbial e com verbo mais advérbio em mente, ambas com valor qualitativo (ou em outros termos, valor de modo). Segundo as autoras, apesar de em certas situações discursivas essas construções parecerem ser livremente intercambiáveis no sistema do português brasileiro – dado que sintaticamente são modificadores do núcleo verbal e semanticamente expressam valor de modo –, as construções com adjetivo adverbial (doravante [V Adj_{Adv}]_{Qualit}) e com advérbio canônico (doravante [V Xmente]_{Qualit}) apresentam peculiaridades formais e desempenham funções pragmático-discursivas distintas.

No texto “A relação entre mudança linguística e gênero social: um estudo sobre o auxiliar *ir* no português brasileiro escrito”, Camila Bordonal Clempi e Angélica Rodrigues, à luz dos preceitos teóricos da Sociolinguística Variacionista e do Funcionalismo Linguístico, analisam o estágio de gramaticalização do verbo *IR* como auxiliar na construção perifrástica de futuro (*IR* no presente + infinitivo) em dados coletados em cartas de leitoras da revista *A Cigarra* (público feminino) publicadas nas décadas de 1920 (1920-1929) e 1970 (1970-1972). Com base nesses *corpora*, pretendem correlacionar o estudo da gramaticalização às questões associadas ao papel do gênero social na mudança linguística. No que concerne à análise dos dados, interpretam os resultados quantitativos segundo os princípios de gramaticalização propostos por Paul Hopper e a partir da hipótese clássica laboviana sobre o Paradoxo do Gênero. Os resultados mostram (i) aumento da frequência de uso da perífrase *IR*+infinitivo e (ii) o aumento do seu grau de gramaticalização na comparação entre os dados das décadas de 1920 e 1970. As autoras comprovam, empiricamente, que as mulheres aparecem como líderes no processo de implantação da forma perifrástica do futuro no português.

Em “Formas possessivas de terceira pessoa em correspondências de professores primários da Bahia oitocentista”, Emília Helena Portella Monteiro de Souza e Noemi Pereira de Santana analisam o uso dos possessivos *seu* e *dele* em correspondências de professores primários da Bahia oitocentista, buscando identificar os níveis de variação dessas formas, uma vez que alguns contextos são favorecedores do uso de uma forma em detrimento da outra; propõem também revelar os processos de variação e mudança envolvendo essa variável. O *corpus* constitui-se de 364 correspondências manuscritas por professores primários na Bahia, datadas do período compreendido entre as décadas de 50 e 90 do século XIX. Essa análise toma como suporte teórico os princípios do Sociofuncionalismo. As variáveis linguísticas consideradas são de natureza semântica – traços do referente [P3 ou P2], [+/-ambíguo], [+/-humano], [+/-definido], [+/-específico] e [+/-concreto]. As autoras constatam que, na perspectiva da gramaticalização, o *seu* e o *dele* são formas variantes que se encontram em camadas, tendendo a forma *seu* para especialização na segunda pessoa, devido à gramaticalização do *você*, que provocou alteração no paradigma pronominal. Os resultados da pesquisa demonstram que, embora a maior frequência de uso para a terceira pessoa tenha sido da forma *seu*, identificaram-se ocorrências da forma *dele*, indicando as tendências para a especialização dessa última forma, na terceira pessoa, conforme se expressa no português brasileiro contemporâneo.

Em “Modelo de árvore de inferência condicional para explicar usos linguísticos variáveis”, Raquel Meister Ko. Freitag e Bruno Felipe Marques Pinheiro apresentam uma proposta de análise exploratória utilizando a técnica de árvores de inferências condicionais, um modelo de árvores de decisões em que as observações de

ocorrências são agrupadas de modo a ter o mínimo de variação dentro de um grupo e o máximo de variação entre os grupos. Nesse contexto, defendem que a descrição de usos linguísticos diversos e variáveis em busca de explicações para a regularidade (ou heterogeneidade sistemática) e para a emergência da diversidade (mudança) é tarefa que depende de uma abordagem que provê olhar teórico e de uma rotina procedural. Ressaltam ainda que a emergência e regularização de usos linguísticos têm sido explanadas por abordagens de orientação funcional, em diferentes vertentes e em diferentes interfaces, tais como o sociofuncionalismo, gramática de construções, abordagens centradas no uso etc. Para fazerem uma aplicação empírica do modelo apresentado, os autores analisam as estratégias de expressão da negação sentencial do português, em um *corpus* de fala constituído a partir de entrevistas sociolinguísticas. Assim, descrevem o modelo estatístico em questão, contextualizam os estudos sobre as estratégias de negação sentencial do português, com ênfase em aspectos morfossintáticos, fônicos e pragmáticos/informacionais e, por fim, sistematizam explicações para as estratégias de negação sentencial no *corpus* analisado, evidenciando os ganhos na análise advindos da adoção desta abordagem.

Acreditamos que as temáticas abordadas nesta obra são de interesse para professores e alunos de graduação e de pós-graduação das áreas de Letras e Linguística. Propomos-lhes, então, uma interlocução com as áreas e os objetos linguísticos contemplados nos textos e desejamos-lhes uma boa leitura!

Cristina dos Santos Carvalho
Norma da Silva Lopes
Angélica Rodrigues
Organizadoras

REFERÊNCIAS

BOLINGER, Dwight. *Meaning and form*. London: Longman, 1977.

HOPPER, Paul J. Emergent Grammar. *Berkeley Linguistic Society*, Berkeley, v. 13, p. 139-153, 1987.